ADUNESP *in*FORMA

ADunesp
Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 55 - Fevereiro 2009

As prioridades do nosso Sindicato em 2009

Confira na pág. 8

PDI, Plano de Carreira Docente, Pedagogia à Distância, novo reitor... Para onde vai a Unesp?

Após um ano difícil e atípico, temos que fazer uma avaliação do que aconteceu na Unesp. Sem dúvida, foi um ano bem diferente dos outros, no qual tivemos uma situação inusitada, com a arrecadação do ICMS superando as expectativas, mas sem conseguir avançar no processo de negociação das perdas salariais (*leia mais nas páginas 4 e 5*). O Cruesp endureceu e o movimento não teve forças para uma mobilização que garantisse conquistas salariais maiores.

No início de 2008, o Vice-Reitor, Professor Herman Jacobus Cornelis Voorwald, propôs ao CEPE a criação de uma Comissão para elaborar uma proposta de Plano de Carreira Docente. A Comissão realizou o trabalho e apresentou-o na reunião de 18/11/08. Para surpresa de muitos, após a reunião houve um recuo por parte do presidente do CEPE, como mostra texto na *página 8*.

Em julho de 2008, ocorreu a primeira reunião geral dos colegiados centrais da Unesp para discussão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Nova reunião ocorreu em dezembro, com resultados preocupantes quanto à definição e o processo do PDI.

Para finalizar, dois fatos muito graves: a aprovação da criação do curso de Pedagogia à Distância, com cinco mil vagas, e a ameaça de morte a docentes do campus experimental de Registro.

A eleição do Professor Herman a Reitor significa a continuidade da política em curso na Unesp. Será que, também, dos mesmos problemas?

A intenção desta publicação é estimular o debate sobre estes temas e dar o pontapé inicial na data-base 2009.

Tempos de crise.
Tempos de reação e luta!

Em defesa do salário e do emprego, começa a campanha salarial 2009

Pág. 4

Carreira docente e manipulação eleitoral

Pág. 8

Abono disfarçado na USP

Pág. 5

Terra de ninguém?

Docentes da Unesp de Registro denunciam irregularidades e sofrem ameaças de morte - *Pág. 6*

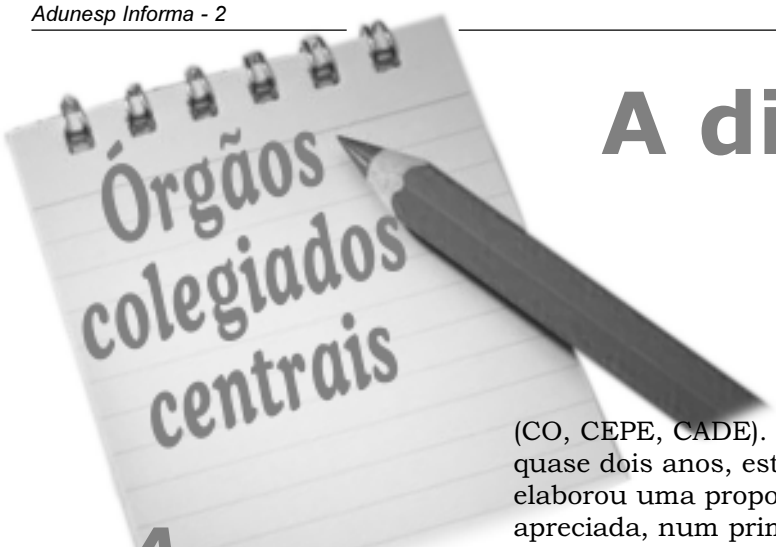
Adunesp recorre à Fapesp em defesa da pesquisa - *Pág. 7*

Pela readmissão de Brandão

Pág. 7

Vamos discutir as reivindicações da data-base deste ano. Participe das assembleias em sua unidade

Veja os detalhes na pág. 5



A difícil tarefa do debate democrático

A gestão democrática é um dos princípios mais caros do nosso Sindicato. Junto com outros dois princípios - escola pública, gratuita, democrática e de qualidade para todos e financiamento estatal para a educação pública - a gestão democrática norteia as nossas lutas em diferentes momentos históricos.

Há anos, a Adunesp tem deliberado em seus congressos a organização do "Chapão" para concorrer às eleições junto aos órgãos colegiados centrais, como uma estratégia para aprofundar a gestão democrática da Universidade. Há anos, também, as plenárias do Sindicato têm contribuído com discussões centrais à Universidade, com elaboração de documentos e ações nas instâncias deliberativas, visando debater e implementar propostas que se transformem em avanços concretos na vida da instituição.

Assim, a Adunesp efetivamente vem, ao longo de sua história, participando ativamente da pauta política da Unesp, lutando para a sua consolidação como instituição pública, democrática e de qualidade.

Também não se pode negar um refluxo na participação mais envolvente da comunidade no debate maior sobre as políticas universitárias, nos últimos anos. Nesse sentido, temas muito sérios e polêmicos vêm ganhando espaço no interior da Universidade, sem terem a devida e desejada discussão. Dois exemplos recentes ilustram a situação: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a Educação à Distância (EAD).

O PDI e o atropelo da discussão

O PDI teve sua origem numa comissão de representantes dos órgãos colegiados centrais (CO, CEPE, CADE). Durante quase dois anos, esta comissão elaborou uma proposta que foi apreciada, num primeiro momento, em plenária geral com todos os órgãos colegiados centrais (CO, CEPE, CADE CCG, CCPG, CCEU, CCPe) e convidados, realizada nos dias 30 e 31 de julho de 2008, em Águas de Lindóia. Nessa plenária, o debate foi iniciado e um conjunto de sugestões, juntamente com o documento inicial, encaminhado à comunidade. A ideia era que a comunidade discutisse de forma aprofundada o assunto, com vistas a uma nova plenária, em dezembro. As sugestões deveriam ser encaminhadas entre agosto e novembro.

Infelizmente, o processo de discussão ficou muito aquém das reais necessidades que um PDI demanda. Equívocos de encaminhamento, na segunda plenária geral dos colegiados centrais, em dezembro, dificultaram e, consequentemente, empobreceram a socialização do debate realizado na Unesp.

Uma Assembleia Universitária não será ouvida para definição dos rumos dos próximos 10 anos da Unesp?

Diversas sugestões vindas das unidades universitárias não foram divulgadas pela comissão de sistematização, que tomou para si a tarefa de construir um documento final que espelhasse as diferentes propostas chegadas até então. Além de prejudicar o debate, esse encaminhamento diluiu a discussão central do PDI, isto é, o projeto de universidade da Unesp. As divergências foram isoladas e "resolvidas" de modo nada aconselhável, ou seja, negando-as.

Aqueles que insistiram em querer discutir nesse espaço foram "deslegitimados" pela mesa condutora dos trabalhos, que não se cansava de alegar a extemporaneidade da apresentação de propostas. Foi o que aconteceu

Assembleia Universitária, em 2000: é hora de repetir o exercício da democracia

com a proposta da Congregação de Marília, que não teve suas contribuições contempladas pelo documento da comissão de sistematização, nem tampouco espaço adequado para colocá-las em plenário. A delegação de Marília teve de lutar para ter o direito de apresentar suas contribuições, já num clima pouco favorável ao debate, pois o que estava em discussão era o documento da comissão e não as contribuições da comunidade unespiana.

Assim, uma proposta interessante - um seminário preparatório à realização de uma Assembleia Universitária para o aprofundamento do PDI - foi sumariamente descartada. O mais curioso é que tal proposta apresentada no CEPE, no dia anterior, recebeu elogios do Vice-Reitor. Em plenário, no entanto, ele não se manifestou em seu favor. Esse seminário também cumpriria a função de promover um balanço institucional dos 20 anos de autonomia universitária das universidades estaduais paulistas.

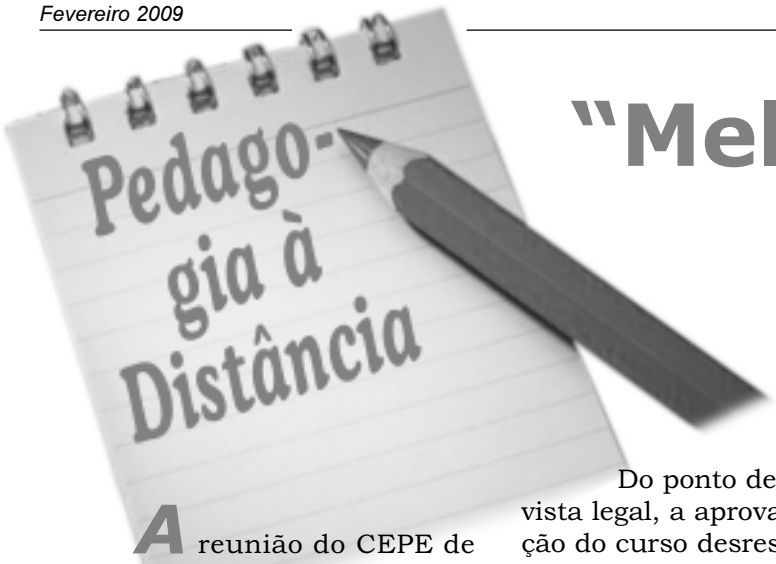
Desta forma, um processo que dispunha de um potencial interessante de participação democrática foi atropelado por sucessivos equívocos de encaminhamento e ausência de um verdadeiro espírito de debate democrático. Portanto, haverá um PDI para os próximos 10 anos da Unesp, definido em menos de um ano, em bases extremamente preocupantes. Senão, vejamos:

Embora o PDI tenha definido a criação de fóruns de discussão e de estudos sobre a educação à distância (EAD), CEPE e CO apressaram-se em aprovar a criação do curso de Pedagogia à Distância, com 5 mil vagas (*veja matéria na página seguinte*). Essa iniciativa desconsidera não só o PDI, mas também o posicionamento contrário de quatro cursos de Pedagogia da Unesp, dos seis existentes.

Apesar de todo o "esforço" da mesa durante a plenária de dezembro, em acabar os trabalhos no cronograma previsto, não foi "possível" finalizar a discussão. Falta, ainda, uma parte do documento a ser apreciada, ficando uma vaga indicação para a conclusão dos trabalhos em fevereiro.

A pergunta que fica é a seguinte: O PDI é para valer ou será um instrumento burocrático de fachada, com a chancela dos órgãos colegiados centrais? Alguém tem coragem e convicção em afirmar que houve realmente um processo de debate democrático? Uma Assembleia Universitária não será ouvida para definição dos rumos dos próximos 10 anos da Unesp?

A comunidade unespiana tem o direito de tomar conhecimento das diversas contribuições vindas das unidades universitárias ou de colaboradores individuais para saber o que realmente as bases estão pensando. Quando a comissão de sistematização divulgará esses documentos? Transparência e participação das bases são elementos essenciais na gestão democrática da instituição!



"Melhor isso do que nada?!"

O Professor Herman, durante debate com a Adunesp, em outubro passado: compromisso em discutir amplamente a EAD foi "esquecido"

A reunião do CEPE de 21/10/2008 aprovou a criação do curso de Pedagogia à Distância, com cinco mil vagas. Isso ocorreu sem que fossem consideradas as manifestações contrárias de Conselhos de Curso de Pedagogia, de três Congregações (Marília, Rio Claro, Araraquara) e do Departamento de Educação de Bauru. Ou seja, manifestações de quatro *campi* dos seis onde há Pedagogia. O CEPE negou o pedido de vistas ao processo solicitado pelo conselheiro suplente da área de Humanas, Professor Marcos Del Roio, presente na reunião.

O processo está cheio de irregularidades, desde a sua proposta original, em maio de 2008, na Câmara Central de Graduação (CCG), onde teve parecer contrário da área de Ciências Humanas, que levantou uma série de problemas de ordem legal e de mérito. Antes que o processo chegasse ao CEPE, a conselheira da área das Ciências Humanas solicitou diversas vezes, tanto ao presidente daquele órgão colegiado, quanto à Pró-Reitora de Graduação, o direito de elaborar o parecer deste colegiado. Além disso, sugeriu reunião com os Conselhos de Curso de Pedagogia da Unesp para discussão do assunto, já que a criação de cinco mil vagas num curso à distância traz implicações diretas e imediatas à vida institucional dos mesmos. A reunião não aconteceu e, tampouco, houve um parecerista do CEPE para a matéria.

A criação de cinco mil vagas num curso à distância traz implicações diretas e imediatas à vida institucional.

Do ponto de vista legal, a aprovação do curso desrespeitou a Resolução nº 74/2006 da Unesp, que trata de criação de curso à distância, pois esta estabelece que a competência para tal cabe às unidades universitárias. Apesar disso, a proposta foi mantida, sob o argumento de que não se tratava de criação de curso, mas de um convênio, embora a própria pauta da reunião indique o contrário. Caso fosse um convênio, deveria ter sido apresentado o termo aditivo, elemento indispensável à sua aprovação, de acordo com a legislação em vigor, o que não ocorreu.

Considerando que está em curso a discussão do PDI, uma proposta como essa não poderia ser aprovada, se não pelo mérito, pelo menos pela cautela e critério de planejamento institucional, pois é extremamente irracional definir uma política que contrarie uma diretriz de planejamento maior. É o que aconteceu com a aprovação pelo CO da matéria em sua última reunião de dezembro de 2008.

EAD e interesses políticos

Mas, o que está por trás da aprovação de cinco mil vagas do curso de Pedagogia à Distância? Será preocupação do governo Serra com a má formação dos professores da educação básica? Por que a PROGRAD negou-se a realizar a reunião com os Conselhos de Curso de Pedagogia? Será que estes não teriam nada a acrescentar à opinião formada pela PROGRAD sobre ensino à distância. É preciso aprovar a qualquer custo, não importando projeto, impacto, finalidade?

Causa-nos indignação que as propostas de EAD para a graduação sejam direcionadas somente às licenciaturas, exatamente a área social mais frágil do sistema educacional. Estas, ao contrário, exigiriam por parte das políticas públicas um maior investimento e acompanhamento direto, tanto no trabalho de formação dos profissionais como no cotidiano das escolas.

O CEPE levou duas reuniões para decidir sobre o aumento de 10 vagas para o vestibular do curso de Medicina, ouvindo as congregações do Instituto de Biociências e a Faculdade de Medicina do campus de Botucatu. No entanto, para criar cinco mil vagas de Pedagogia, recusou-se a ouvir a área de Ciências Humanas, Congregações, Departamentos. Afinal, é mais um curso de formação de professores (!).

Na campanha, o atual Reitor afirmou ser favorável ao amplo debate e que não cederia a pressões.

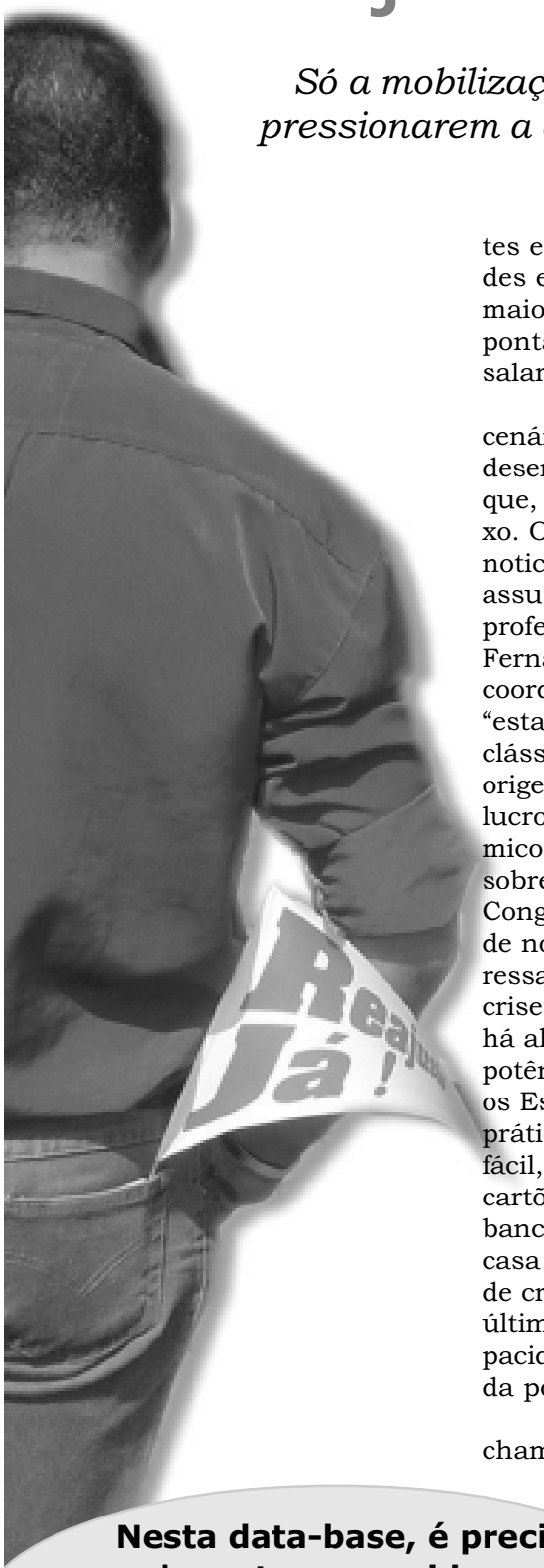
"Do jeito que está a situação, melhor isso do que nada". Esse foi o argumento do 'PEC-Formação Universitária' e do 'Pedagogia Cidadã'. Agora, a Unesp dará sua valiosa contribuição, pela terceira vez, desconsiderando o debate acadêmico e democrático, priorizando atender aos milhões da Secretaria do Ensino Superior, comandada pelo Sr. Carlos Vogt.

Por último, é digno de registro que, na última reunião do CEPE, quando a conselheira Sueli G. L. Mendonça apresentou o pedido de reconsideração da decisão daquele órgão colegiado, referente a essa matéria, houve empate. Vale ressaltar que o voto de desempate foi do presidente do CEPE, Professor Herman, contrário à reconsideração. Esse posicionamento é contraditório com toda a sua postura em campanha, quando afirmou diversas vezes ser favorável ao amplo debate sobre a EAD e que não cederia a nenhum tipo de pressão externa ou interna sobre isso. Seu voto contrariou tais afirmações, deixando explícita sua real posição.

Tempos de crise. Tempos de reação e luta!

Em defesa do salário e do emprego, começa a campanha salarial 2009

Só a mobilização pode impedir reitores e governo de ampliarem o arrocho salarial e pressionarem a categoria com os efeitos de uma crise criada pelos próprios capitalistas



A data-base de docentes e servidores das universidades estaduais paulistas é 1º de maio. É hora, portanto, de dar o pontapé inicial na campanha salarial 2009.

Uma breve análise do cenário em que começa a se desenrolar esta data-base mostra que, sem dúvida, o ano é complexo. Os números que brotam do noticiário da crise mundial são assustadores. Como explicou o professor da Unicamp Edmundo Fernandes Dias, membro da coordenação do Fórum das Seis, "estamos diante de uma crise clássica do capitalismo, que tem origem na diminuição da taxa de lucros dos grandes grupos econômicos". Em palestra proferida sobre o assunto durante o VIII Congresso do Sintunesp, no final de novembro passado, Edmundo ressaltou que, para solucionar a crise, que se encontrava latente há alguns anos, a principal potência econômica do mundo, os Estados Unidos, colocou em prática uma política de crédito fácil, estimulando o uso dos cartões de crédito, empréstimos bancários e financiamento da casa própria. Essa imensa bolha de crédito fictício explodiu nos últimos meses, a partir da incapacidade de pagamento por parte da população.

Em outras palavras: o chamado neoliberalismo - etapa de desenvolvimento capitalista em que o capital financeiro predomina sobre o produtivo e o Estado retira-se cada vez mais das áreas sociais - premiou bancos e grandes empresas, estimulando a população a se endividar além de suas posses. Com o estouro da crise, os governos dos Estados Unidos e dos principais países europeus rapidamente apelaram para a velha fórmula de despejar dinheiro público para salvar bancos e grandes empresas. Já se foram pelo ralo da crise alguns trilhões de dólares, quantias que correspondem ao Produto Interno Bruto (PIB) de vários países juntos.

Toda essa movimentação prova que os capitalistas só defendem o "Estado mínimo" para os trabalhadores. E as anedotas já circulam: surgem os Estados Unidos Socialistas da América, em alusão à impressionante rapidez com que o governo norte-americano libera dinheiro público para "socializar" os prejuízos das empresas.

Os capitalistas só defendem o 'Estado mínimo" para os trabalhadores.

Para onde vai o ônus

A receita capitalista diante das crises é sempre a mesma: despejar o ônus sobre a mesa dos trabalhadores: arrocho salarial, demissões, corte nos serviços públicos etc etc. Para os grandes grupos econômicos, vale o contrário: "socorro" público, corte de impostos etc etc.

Lembrando que a responsabilidade pelo caos econômico atual é dos banqueiros, grandes empresários, latifundiários e dos governos que os representam, o professor Edmundo foi categórico em sua palestra: "Quem fez a crise deve pagar por ela". Ele ponderou, no entanto, que a fórmula empregada pelos capitalistas não é essa. "Estamos diante da ameaça concreta de mais desemprego, redução do valor real dos salários e aposentadorias, destruição dos serviços públicos, corte de direitos sociais e trabalhistas etc", relacionou.

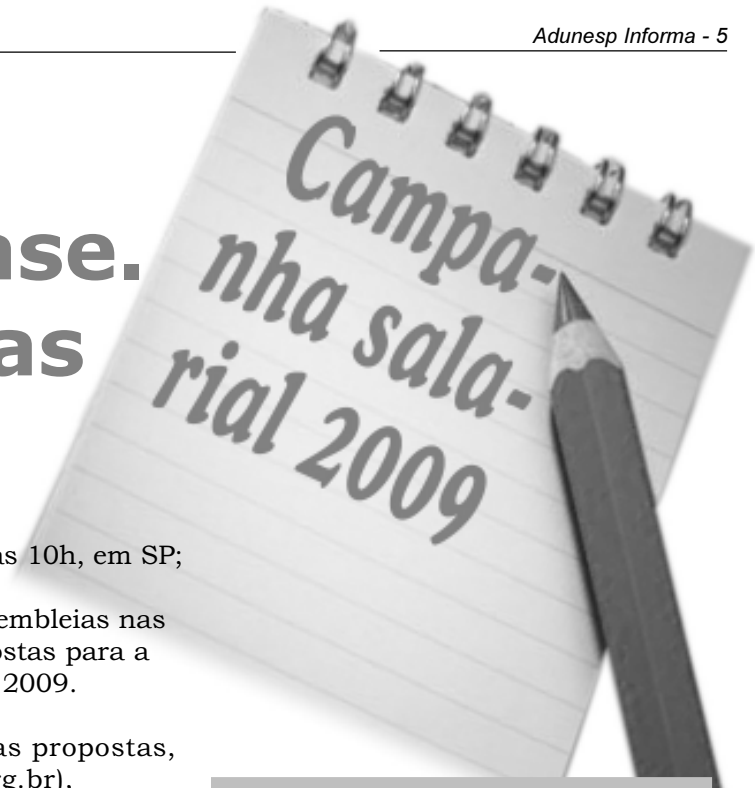
Para o palestrante, a saída é o velho caminho da organização dos trabalhadores. "Não só da minha própria categoria, mas em unidade coletiva com outras categorias de trabalhadores e movimentos sociais, para lutar por um programa de reivindicações que solucione a crise a partir dos interesses da maioria."

Nesta data-base, é preciso que docentes e servidores das universidades estaduais paulistas busquem a unidade com outras categorias e segmentos sociais para lutar não só por melhores salários e defesa do emprego, mas também por um programa de reivindicações que sinalize um real combate contra a crise:

Nesta data-base, é preciso que docentes e servidores das estaduais paulistas busquem a unidade com outras categorias e segmentos sociais.

- Nenhuma ajuda para os banqueiros e especuladores;
- Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores;
- Não pagamento das dívidas externa e interna;
- Estabilidade no emprego;
- Redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e de direitos;
- Aumento geral do valor dos salários e aposentadorias: reajuste automático conforme variação inflacionária;
- Salário mínimo real (R$ 2.141, 20, de acordo com cálculos do Dieese);
- Não ao corte de verbas das áreas sociais; Manutenção e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas; Contra a reforma da Previdência e Trabalhista; Contra as fundações estatais (privatização da saúde e da educação).

Vamos discutir as reivindicações da data-base. Participe das assembleias em sua unidade



A Adunesp convida os docentes a se integrarem ao processo de discussão e mobilização da campanha salarial 2009. O primeiro passo é a definição de quais reivindicações vão compor a pauta unificada que entregaremos aos reitores. Para isso, o nosso Sindicato está convocando assembleias em todas as unidades até o dia 9 de março. Em sua plenária de 4/3, a entidade reunirá subsídios que serão enviados às assembleias. Fique atento e participe.

3/3: Reunião da diretoria da Adunesp, a partir das 10h, em SP.

4/3: Plenária da Adunesp, com a presença das subseções sindicais, a partir das 10h, em SP;

Até 9/3: Realização de assembleias nas unidades, para discussão de propostas para a Pauta Unificada de Reivindicações 2009.

9/3 (até as 20h): Envio das propostas, por e-mail (adunesp@adunesp.org.br), à Adunesp.

10/3: Reunião do Fórum das Seis para debater a construção da Pauta Unificada de Reivindicações 2009.

Após 10/3: Nova rodada de assembleias nas unidades.

Manifestação durante negociação em 2008: Cruesp optou pelo arrocho salarial

Abono disfarçado na USP

Em sua reunião de 4/11/2008, o Conselho Universitário da USP aprovou a concessão de um "prêmio" para docentes e servidores, a título de reconhecimento pela excelência acadêmica da instituição, no valor de R$ 1.000,00. A primeira parcela (R$ 500,00) foi paga em dezembro, enquanto a segunda ficou prometida para o primeiro semestre de 2009.

Trata-se, na realidade, de um abono disfarçado, uma vez que não será incorporado aos salários e discrimina os aposentados. Se há recursos na USP, da mesma forma que há na Unesp e na Unicamp, por que não conceder reajuste nas três universidades, tanto para ativos quanto para aposentados?

Reitores não deram reajuste maior em 2008 por falta de vontade política. Dinheiro não foi problema

Em 2008, os reitores poderiam ter promovido, perfeitamente, uma reposição parcial das perdas acumuladas nos salários de docentes e servidores das universidades estaduais paulistas. Na última reunião de negociação, em 31 de outubro, eles não contestaram os dados apresentados pelo Fórum das Seis:

- De que, de janeiro a setembro de 2008, o comprometimento com a folha de pagamento nas três universidades, em média, foi de 78,61%, o menor desde 2000. Na Unesp, foi de apenas 79,46%.

- De que havia verba suficiente para dar novo reajuste de 10,4%, retroativo a maio.

- De que tal reajuste não faria o percentual de comprometimento passar de 83%;

- De que a média salarial daquele momento era 35% menor do que em 1989;

- De que, desde 2006, o ICMS cresceu cerca de 30% a mais do que os salários.

Mesmo diante dos fatos, os reitores recusaram-se a negociar um novo reajuste com a categoria, reafirmando a política de fazer caixa a partir do arrocho salarial.

Terra de ninguém?

Docentes da Unesp de Registro denunciam irregularidades e sofrem ameaças de morte

Nem parece que estamos falando do estado de São Paulo, o mais desenvolvido do país. Nem parece que estamos falando da Unesp, uma das principais universidades públicas brasileiras, conceituada pela qualidade de seu ensino, de sua pesquisa e de sua extensão. Parece que estamos falando do velho oeste.

É com indignação e estupefação que a Adunesp vem fazendo uma campanha de denúncia pública de perseguições a docentes do Campus Experimental de Registro, que incluem pichações à residência e duas ameaças de morte, fatos esses que foram seguidamente informados à reitoria da Unesp.

As ameaças de morte (por e-mails apócrifos) vêm sendo feitas aos docentes Afrânio José Soriano Soares, Mauro Donizeti Tonasse e Palimécio Gimenes Guerreiro Jr., bem como a seus familiares. As perseguições envolvem, também, o professor João Vicente Coffani Nunes.

O tratamento "diferenciado" dado a esses professores remonta a julho de 2007, quando eles protocolaram, junto à reitoria da Unesp (na época sob a gestão do Reitor Marcos Macari), o pedido de que a Portaria 461/05 (até então única legislação existente para estas unidades) fosse cumprida naquela unidade. Embora limitada, tal Portaria estabelecia a forma como seriam constituídos os órgãos colegiados locais, o que não vinha sendo cumprido em Registro.

A iniciativa destes docentes foi um dos elementos motivadores para impulsionar a luta não só em Registro, mas também em outros Campi Experimentais. Em 2008, essa mobilização, organizada e estimulada pela Adunesp e pelo Sintunesp, culminou com a aprovação, pelo CEPE, de uma nova Resolução estabelecendo a estrutura e as normas para o funcionamento das unidades experimentais, que traz alguns avanços, como a eleição direta para Coordenador Executivo local.

A iniciativa destes professores foi um dos elementos motivadores para impulsionar a luta nos Campi Experimentais.

Em Registro, o citado grupo de professores sistematicamente questionou e contrapôs-se a atitudes autoritárias e a desmandos da Coordenadoria Executiva da unidade, cobrou a realização de concursos públicos calcados na impessoalidade (artigo 37 da Constituição Federal) para docentes e funcionários públicos, pleiteou prestação de contas, elaboração e aprovação de atas das deliberações do Conselho de Curso.

Em vez de solução para suas denúncias, estes docentes foram "brindados" com uma sindicância e um processo administrativo. No final de 2008, como citado no início deste texto, receberam ameaças de morte via e-mail.

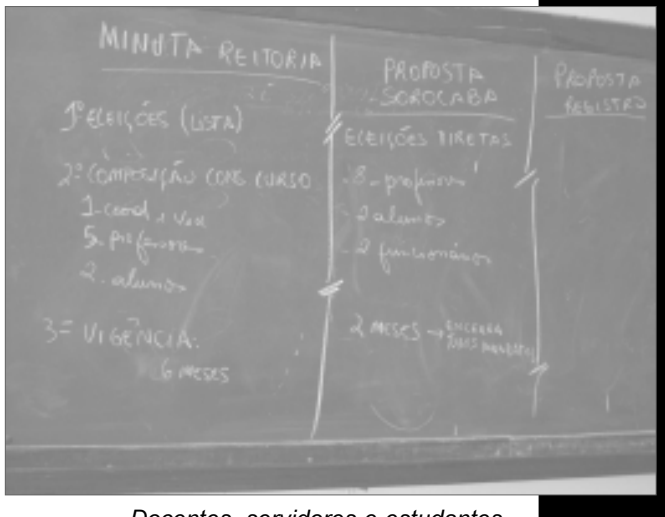
Entidades repudiam

Os fatos de Registro vêm recebendo repúdio não só da Adunesp e do Sintunesp, mas também de outras organizações dos movimentos sociais. O Fórum das Seis divulgou moção de protesto intitulada "Em defesa do direito de vida dos docentes da Unesp".

Um dos trechos da moção, que é assinada pelo Professor-Doutor Edmundo Fernandes Dias, pela Coordenação do Fórum das Seis, diz:

"Ameaça de morte configura uma incitação a violência, sendo, portanto, crime capitulado na Constituição Federal de 1988. O Fórum das Seis denuncia esses fatos e exige que a reitoria da Unesp garanta - com a máxima urgência - a integridade física dos professores e de seus familiares, apure as responsabilidades e tome as medidas necessárias para que tais fatos não mais ocorram."

Em 2008, Adunesp e Sintunesp realizaram reuniões abertas em todas as unidades experimentais. Acima, reunião em Registro



Docentes, servidores e estudantes discutiram e apresentaram uma proposta alternativa de normatização para os Campi experimentais

CEPE definirá calendário para eleições de colegiados locais

Em sua reunião de 10/2/2009, o CEPE deverá definir o calendário das eleições para os órgãos colegiados locais nos Campi Experimentais. A definição acontece com atraso, uma vez que, ao aprovar, no dia 5/8/2008, a Resolução Unesp 38 (estabelecendo a estrutura organizacional destas unidades), o CEPE havia definido que a formação dos colegiados locais deveria ocorrer até o final do ano, em paralelo à eleição dos Diretores Executivos da unidade.

A impressão que se tem é que tudo o que se refere aos Campi Experimentais é tratado com uma total falta de prioridade... Por que não foi dada a posse para os novos Coordenadores e Vice-Coordenadores Executivos eleitos em dezembro de 2008? Por que as eleições (Conselho de Curso e Conselho Diretor) não podem ser efetivadas agora, em fevereiro ou na primeira semana de março - com posse imediata? Talvez, a "Unesp" não "experimental" e não "diferenciada" não saiba o que é ter seis anos e meio de existência e não ter democracia, não escolher seus dirigentes e não ter sequer uma "Congregação"!

Truculência e prejuízo à pesquisa

Mais um ingrediente na sequência de perseguições em Registro: o Professor Mauro Donizeti Tonasse não consegue encaminhar o projeto de pesquisa *"Algumas conseqüências fenomenológicas do Modelo Eletrofraco 3-3-1"* à Fapesp, devido à falta de assinatura do Diretor Executivo daquela unidade, Professor Sérgio Hugo Benez. O projeto está engavetado desde outubro do ano passado, num inaceitável prejuízo ao desenvolvimento da pesquisa no interior da Universidade.

O prédio da Fapesp, em São Paulo. Instituição é uma das maiores em fomento à pesquisa no país

Para darem entrada na Fapesp, os projetos elaborados por docentes necessitam da assinatura do Diretor local. Trata-se de uma formalidade apenas, uma vez que o mérito é avaliado somente pela Fapesp.

Reitor considera o caso "inusitado", mas o projeto continua engavetado.

No entanto, como mais um capítulo na estranha maneira como alguns docentes são tratados pela Diretoria Executiva do Campus de Registro, já se passaram cerca de quatro meses e o Diretor ainda não se dispôs a dar o aceite da instituição ao projeto de pesquisa do Professor Tonasse. Como forma de justificar sua atitude, ele respondeu ao pedido de assinatura com um ofício, solicitando que fosse informado sobre qual será "a demanda de água e energia elétrica em litros/dia e kw/hora por dia" e, ainda, quem teria autorizado o colega a indicar a sua sala (sala 8) como local onde ficariam os "equipamentos" pedidos à Fapesp: dois armários, um microcomputador e um software.

Ainda que todas as "dúvidas" do Diretor tenham sido esclarecidas em ofício enviado a ele, o projeto permanece incompreensivelmente sem a sua assinatura.

O absurdo da situação torna-se ainda mais patente quando se sabe que o Professor Tonasse é um dos mais respeitados pesquisadores na área de física no Brasil. Um de seus artigos, publicados na revista "*Nuclear Physics B*", por exemplo, ficou em nono lugar, num *ranking* levantado pela *Science Direct*, entre os 25 mais citados daquela revista (em 2006), à frente do Premio Nobel de Física daquele ano.

Adunesp vai à Fapesp

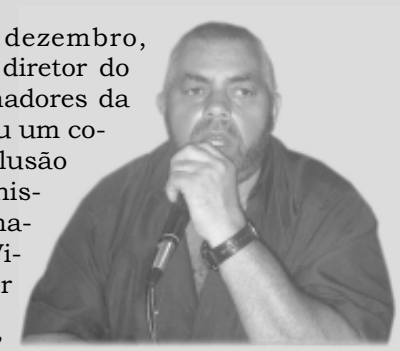
Ao tomar conhecimento, a diretoria da Adunesp denunciou o fato, no final de novembro, ao então presidente do CEPE, Professor Herman Jacobus Cornelis Voorwald, que o qualificou como, "no mínimo, inusitado". Em dezembro, durante a reunião do CEPE realizada em Águas de Lindóia, o Professor Carlos Alberto Anaruma, Vice-Presidente da Adunesp e conselheiro naquele órgão, abordou-o novamente a respeito desta questão, solicitando que assinasse o projeto de pesquisa. A princípio, o Professor Herman afirmou que assinaria o projeto, mas depois disse que falaria com o Professor Benez, para que cumprisse seu papel.

Como nada ocorreu até o início de fevereiro de 2009, a Adunesp encaminhou um ofício à Fapesp, relatando o caso e sugerindo a possibilidade de o projeto ser encaminhado sem a assinatura neste momento. Caso seja aceito pela Fapesp quanto ao seu mérito, o projeto voltaria à Unesp para a assinatura.

A Adunesp aguarda a definição do caso o mais breve possível. Mais que "inusitado", o fato compõe um quadro intolerável de truculência em Registro.

Adunesp integra mobilização pela readmissão de dirigente do Sintusp

Fato é mais um exemplo de ampliação da criminalização dos movimentos e da repressão aos que lutam pela educação pública



No dia 9 de dezembro, Claudionor Brandão, diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), recebeu um comunicado com a conclusão de um processo administrativo de 2005, assinado pela reitora Suely Vilela, demitindo-o por justa causa.

A "acusação" contra Brandão refere-se à greve de 2005, quando houve uma ocupação nas dependências da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP. Na realidade, ele e outros ativistas do Sintusp vêm sofrendo, há anos, uma série de sindicâncias e processos administrativos, sempre a partir de greves e manifestações da categoria. Além de dirigente sindical - fato que lhe confere estabilidade, diga-se de passagem - Brandão é representante dos servidores no Conselho Universitário.

Desferido em pleno mês de dezembro, quando há uma natural desmobilização dos trabalhadores, o ataque da reitoria da USP não é um fato isolado. Tanto na USP quanto na Unesp e na Unicamp, houve e está havendo vários processos de perseguição contra funcionários, professores e estudantes.

Na Unesp, nesse momento, por exemplo, um grupo de professores do Campus Experimental de Registro está sofrendo um processo administrativo com motivações obscuras e sem qualquer sustentação, como mostra matéria na página anterior.

A Adunesp repudia essas ações repressivas e intimidatórias contra a comunidade das universidades estaduais paulistas. São medidas características da ditadura militar para tentar destruir a organização sindical. Além de se solidarizar integralmente a Brandão, a Adunesp vem se somando às ações efetivas de luta em sua defesa e de todos os perseguidos pelas Reitorias e pelo governo Serra.

Mobilização

No dia 11/12, representantes das entidades que compõem o Fórum das Seis participaram de uma assembleia na USP, que se transformou num grande ato de protesto contra a demissão.

As entidades integram um comitê pela reintegração do companheiro Brandão e estão organizando novos atos e manifestações.

Liberdade de expressão e liberdade sindical são direitos inegociáveis!

Nenhuma punição aos que lutam em defesa da educação pública!

Esqueçam o que eu disse!?

Carreira docente e manipulação eleitoral

No início de 2008, o Vice-Reitor e presidente do CEPE, Professor Herman Jacobus Cornelis Voorwald, propôs àquele órgão colegiado a criação de uma comissão para elaborar uma proposta de Plano de Carreira Docente. A comissão realizou o trabalho e apresentou-o na reunião de 18/11/08.

Durante a campanha eleitoral à reitoria, o candidato Herman referiu-se ao Plano de Carreira Docente como uma de suas prioridades, qualificando-o como "ação básica" em suas propostas para a graduação (*ver Plano de Gestão Herman-Durigan, pág. 13*).

Para surpresa de muitos, no entanto, após a reunião houve um recuo por parte do presidente do CEPE, afirmando que a carreira docente tem de ser pensada para aqueles que irão ingressar e não para os que já estão na Unesp. Disse, também, que deveria ser considerado o impacto financeiro que tal proposta apresentaria.

Sem dúvida, feitas logo após o término das eleições, as declarações são uma conveniente mudança de enfoque para o tema. E o que propõe a comissão?

A proposta não deixa de ser um avanço, pois prevê uma progressão horizontal de carreira, levando em consideração dois aspectos fundamentais: tempo de docência e mérito acadêmico. Um de seus trechos destaca que "a experiência com ensino, pesquisa, extensão e gestão são tão importantes quanto a produção em cada uma dessas dimensões da vida acadêmica".

Para a comissão, a carreira deve ser única para toda a categoria, independente do regime jurídico (CLT ou efetivo).

A progressão se dará verticalmente, em quatro categorias, e horizontalmente em níveis, de acordo com a categoria em questão. Para fins de docência na Unesp, são consideradas as seguintes categorias e níveis:

- **Categoria MS2** = Professor Assistente
- **Categoria MS3** = Professor Assistente Doutor
. Nível I
. Nível II
. Nível III
. Nível IV
- **Categoria MS5** = Professor Adjunto
. Nível I
. Nível II
. Nível III
. Nível IV (Professor Pleno)
- **Categoria MS6** = Professor Titular

Segundo a proposta da comissão, entre uma categoria vertical e outra da carreira, deverá haver, obrigatoriamente, um interstício de seis anos. Assim, entre a categoria MS3 e MS5 deverá haver um intervalo de seis anos, mesmo que o docente já tenha atendido a todos os requisitos para participar de concurso para mudança de categoria. O mesmo se aplica à mudança da categoria entre MS5 e MS6.

Ainda de acordo com a proposta, em relação ao acesso horizontal, uma vez obtido o título de doutor e de livre-docente, o professor só poderá solicitar mudança de nível na mesma categoria após três anos da obtenção desses títulos. O nível no qual se enquadrará dependerá do atendimento aos critérios estabelecidos para cada nível e significará um acréscimo salarial.

Confira

No site da Adunesp (www.adunesp.org.br), confira a íntegra da proposta apresentada pela comissão do CEPE, com detalhes e valores sugeridos.

A pauta da Adunesp em 2009

Nas primeiras reuniões de diretoria realizada neste ano, a Adunesp definiu os temas que comporão sua agenda central em 2009. São eles:

- Mobilização para a data-base
- Carreira docente e isonomia
- Ensino à distância
- Avaliação docente
- Realização da Assembleia Universitária
- Democratização da Universidade
- Campanha de filiação à entidade
- Campanha contra o assédio moral

Para estimular as discussões e as ações em relação a estes temas, serão feitos debates e seminários nas unidades, em conjunto com as AD's locais. A preparação e realização do V Congresso dos Docentes da Unesp também é ponto central nas tarefas para 2009, assim como as eleições que elegerão a nova diretoria da Adunesp.

Jornal da Associação dos Docentes da Unesp.
Adunesp S. Sindical

Diretoria: João da Costa Chaves Júnior (*Presidente, FCL/Assis*); Carlos Alberto Anaruma (*Vice-presidente, IB/Rio Claro*); Afrânio José Soriano Soares (*Secretário-geral, Campus Experimental de Registro*); Arif Cais (*Vice-Secretário, Ibilce/São José do Rio Preto*); Antônio Luís de Andrade (*Tesoureiro-geral, FCT/P. Prudente*); Emanuel Rocha Woiski (*Vice-tesoureiro, FEG/Ilha Solteira*).

Praça da Sé, 108, 3º andar, SP.
Fones (11) 3242-7080.

Home page: www.adunesp.org.br

E-mail: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.:
Bahiji Haje (MTb 19.458)